

Blocos afro do carnaval de Belo Horizonte: racialidade e organização¹


Bloques afro de carnaval en Belo Horizonte: racialidad y organización

Afro blocks of Carnival in Belo Horizonte: race and organization

 <https://doi.org/10.48162/rev.48.080>

Ana Flávia Rezende

Universidade Federal de Ouro Preto
Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1926-0174>
ana.rezende@ufop.edu.br

Luiz Alex Silva Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5307-9750>
saraiva@face.ufmg.br

Resumo

Buscamos compreender como a racialidade, que é inerente aos blocos afro Angola Janga e Magia Negra no carnaval de Belo Horizonte, Minas Gerais, é mobilizada por meio das práticas organizativas, direcionando o componente racial para a constituição e ressignificação da realidade social. Baseamo-nos em debates sobre a origem dos blocos afro, racismo, práticas organizativas e processo organizativo para considerar os blocos afro como organizações negras que moldam suas práticas no presente, redefinindo a realidade social em que estão inseridos. Utilizamos uma abordagem qualitativa, com um contexto de pesquisa etnográfica, e a análise temática como ferramenta analítica. Os principais resultados destacam seis práticas comuns no cotidiano dos blocos estudados: práticas emocionais, de financiamento, de negociação, de resgate ancestral, territoriais e de construção de saberes. Concluímos que os blocos afro, como Angola Janga e Magia Negra, não consideram a raça como uma prática,

¹ Artigo resultante de uma pesquisa de doutorado.

mas sim como um princípio organizativo. Destacam-se pela valorização racial e pelo compromisso antirracista, conferindo singularidade a essas organizações. Além de serem focos de resistência cultural e física, são reconhecidos como produtores de conhecimento coletivo, mutável e intimamente relacionado às atividades diárias.

Palavras-chave: Blocos Afro, Organizações Negras, Práticas Organizativas

Abstract

We seek to understand how raciality, which is inherent to the Angola Janga and Magia Negra Afro Blocks in the carnival of Belo Horizonte, Minas Gerais, is mobilized through organizational practices, directing the racial component towards the constitution and re-signification of social reality. We draw on debates about the origins of Afro-blocks, racism, organizational practices and the organizational process to consider Afro-blocks as black organizations that shape their practices in the present, redefining the social reality in which they are inserted. We used a qualitative approach, with an ethnographic research context, and thematic analysis as an analytical tool. The main results highlight six common practices in the daily lives of the blocos studied: emotional practices, financing practices, negotiation practices, ancestral rescue practices, territorial practices and knowledge-building practices. We concluded that the Afro blocos, such as Angola Janga and Magia Negra, do not consider race as a practice, but rather as an organizing principle. They stand out for their racial appreciation and anti-racist commitment, giving these organizations their uniqueness. As well as being hotbeds of cultural and physical resistance, they are recognized as producers of collective knowledge that changes and is closely related to daily activities.

Keywords: Blocos Afro, Black Organizations, Organizational Practices

Resumen

Buscamos entender cómo la racialidad, inherente a los Afroblocos Angola Janga y Magia Negra en el carnaval de Belo Horizonte, Minas Gerais, se moviliza a través de prácticas organizativas, dirigiendo el componente racial hacia la constitución y resignificación de la realidad social. Nos basamos en debates sobre los orígenes de los afro blocos, el racismo, las prácticas organizativas y el proceso organizativo para considerar los afro blocos como organizaciones negras que configuran sus prácticas en el presente, redefiniendo la realidad social en la que se insertan. Utilizamos un enfoque cualitativo, con un contexto de investigación etnográfico, y el análisis temático como herramienta analítica. Los principales resultados destacan seis prácticas comunes en la vida cotidiana de los blocos estudiados: prácticas afectivas, prácticas de financiación, prácticas de negociación, prácticas de recuperación ancestral, prácticas territoriales y prácticas de construcción de conocimiento. Concluimos que los blocos afro, como Angola Janga y Magia Negra, no consideran la raza como una práctica, sino como un principio organizativo. Destacan por su valoración racial y su compromiso antirracista, lo que confiere a estas organizaciones su singularidad. Además de ser focos de resistencia cultural y física, se reconocen como productores de un conocimiento colectivo que cambia y está estrechamente relacionado con las actividades cotidianas.

Palabras clave: blocos afro, organizaciones negras, prácticas organizativas

Introdução

O Carnaval de rua em Belo Horizonte, Minas Gerais, registrou um significativo crescimento desde 2010, impulsionado por um movimento de mobilização social pelo direito à cidade². Na edição pós-pandemia, em 2023, o evento quebrou recordes de público, atraindo 5,25 milhões de foliões. Antes mesmo de sua inauguração oficial, a cidade já sediava celebrações carnavalescas organizadas pelos operários responsáveis pela sua construção, embora a presença negra nesse processo seja silenciada (Rezende & Andrade, 2022). Em Belo Horizonte, foi observado um processo de ocultação da presença negra na formação urbana no final do século XIX e início do século XX, assim como em suas festividades. As narrativas sobre a construção da cidade enfatizam a contribuição do imigrante europeu, especialmente do italiano, resultando na imposição de uma história oficial que minimiza o papel crucial do negro, apesar de ser um elemento central nessa narrativa (Pereira, 2020, s.d).

Atualmente, destaca-se a significativa participação negra nos eventos carnavalescos de Belo Horizonte, especialmente nos blocos afro. O Afoxé Ilê Odara, com mais de 40 anos de tradição, e o *Kandandu*, que marca a abertura oficial do feriado de carnaval, são protagonizados por esses blocos. Neste estudo, focaremos nos blocos afro Angola Janga e Magia Negra, analisando como a racialidade, elemento central desses grupos, é incorporada nas práticas organizativas, remodelando a realidade social.

Os blocos afro são considerados um movimento político-cultural de mobilização racial (Domingues, 2008; Gomes, 2019), atuando como foco de resistência física e cultural. Além disso, produzem conhecimento coletivo, sendo moldados pelas ações cotidianas das pessoas nas organizações. São entidades dinâmicas, constantemente criadas e recriadas, resultado de ações (Gherardi, 2009).

Ao examinarmos os blocos afro enquanto organizações, investigamos o papel da racialidade e do racismo em sua formação, desafiando perspectivas discriminatórias. A teoria organizacional predominante muitas vezes encara os processos organizacionais como neutros em relação à raça, tratando a raça como

² Gostaríamos de esclarecer que o termo "direito à cidade" utilizado neste contexto não se refere ao conceito estabelecido por Henri Lefebvre em sua obra "Le droit à la ville". Inspirado pelos movimentos sociais de sua época, Lefebvre abordava a busca das pessoas por se apropriarem da cidade. Aqui, o conceito de direito à cidade se assemelha mais aos argumentos apresentados por Harvey (2014) que explicou como vários movimentos e iniciativas clamam pelo direito à cidade, mesmo sem terem lido Lefebvre.

uma questão de identidade pessoal (Ray, 2019). Analisar como a raça influencia a estruturação e os processos organizacionais nos proporciona uma compreensão mais profunda da formação e do funcionamento diário das organizações. Além disso, reconhecer que as organizações desempenham um papel central na perpetuação da desigualdade social é reconhecer que sua formação frequentemente se baseia na expropriação e exclusão de grupos raciais, especialmente das pessoas negras (Ray, 2019). Essa análise nos conduz aos Estudos Baseados em Prática, que concebem a organização como uma prática em si, revelando suas dinâmicas organizacionais.

Este estudo visa compreender os blocos afro sob a ótica organizacional e de práticas, indo além da performance no Carnaval para compreender sua produção como um conjunto organizado de práticas. Destaca-se a importância de evidenciar como a racialidade estrutura essas organizações e a sociedade, não apenas reproduzindo o racismo, mas também inovando e ressignificando a realidade social. Além disso, argumenta-se a favor de que as organizações e suas práticas não são racialmente neutras. Busca-se contribuir para os Estudos Organizacionais, apresentando os blocos afro como um tipo de organização negra que mobiliza o componente racial em sua constituição, transformando a realidade social racista do Brasil.

Referencial teórico

Cultura negra carnavalesca e os blocos afro

Pensar na cultura negra do carnaval através dos blocos afro remete ao papel significativo da cidade de Salvador, na Bahia. A participação da população negra nessa festividade se deu por meio de várias formas de agremiações, como blocos, cordões, .batucadas, afoxés, escolas de samba, blocos indígenas e blocos afro. Apesar das suas singularidades, esses grupos compartilhavam uma estética própria e um forte senso de comunidade, baseados, em diferentes graus, na semelhança racial e no uso de referências culturais afro-baianas.

Miguez (2008) destaca que o surgimento dos blocos afro marcou o processo de reafricanização do carnaval baiano, tendo ligações com a comunidade negro-mestiça que se originou dos Afoxés (Miguez, 1996), Apaches e blocos indígenas (Dantas, 1996). Esses blocos afro se apresentaram como uma fusão de várias outras organizações que não só participavam do carnaval, mas também eram parte

integrante da vida social da região. Utilizando a percussão, porém agora inspirados pelos tambores do candomblé, esses blocos incorporaram em sua estética, ritmo e músicas as raízes culturais africanas, procurando representar os costumes ancestrais da diáspora negra, especialmente através do Atlântico (Vergara, 2017).

Nos anos 1970 e 1980, os baianos enfatizaram a identidade étnica como resposta às aspirações das novas gerações em busca de mudanças, diferenciando a comunidade negra da sociedade em geral por meio de símbolos étnicos, demarcação territorial e linguagem própria (Morales, 1991). Durante esse período, surgiram os blocos afro, como o Ilê Aiyê (1974), Olodum (1979), Muzenza (1981), Malê de Balê (1980) e AraKetu (1981), cada um enfatizando sua africanidade (Vergara, 2017; Moura & Agier, 2000).

Os jovens negros, anteriormente excluídos dos blocos tradicionais de carnaval em Salvador, encontraram nos blocos afro uma alternativa própria de participação, baseada na valorização racial e no referencial étnico que conferia a esses blocos uma poderosa força simbólica de coesão (Morales, 1991).

Além de revolucionar a festa em termos estéticos, musicais e gestuais, a reafricanização do carnaval baiano transformou os espaços antes restritos às classes dominantes brancas, à medida que novas organizações da comunidade negro-mestiça se envolviam em atividades que iam além da participação no carnaval, integrando-se à sociedade ao unir cultura, política e negócios (Miguez, 1999).

Os blocos afro assumiram o papel de ocupar tanto os espaços físicos quanto culturais da cidade de Salvador. Alguns desses locais, marcados pela cultura e pela existência negra, foram estigmatizados como território negro (Ronilk, 1989), enquanto outros, historicamente dominados pelas classes privilegiadas, como o mundo da cultura e das artes, foram reivindicados pelos blocos afro. Esses grupos também proporcionavam lazer para suas comunidades (Cambria, 2006), atuando como espaços de valorização da identidade negra (Sansone, 1996).

Os territórios negros são espaços físicos historicamente ocupados pela população negra, onde suas tradições e história são preservadas (Ronilk, 1989). Por outro lado, os espaços negros são áreas físicas e simbólicas onde a cultura negra é celebrada e vivenciada, como no carnaval e nas festas religiosas (Sansone, 1996). Ambos são marcados pelo protagonismo dos rituais religiosos e pelos corpos negros, que são

alvos do colonialismo, mas também são locais de resistência e reinvenção cultural. Esses conceitos refletem a resiliência e a vitalidade da comunidade afro-brasileira.

Os blocos afro surgiram com o objetivo de fortalecer a autoestima e quebrar barreiras sociais impostas pelo racismo (Souza, 2012), contribuindo ativamente para a preservação de outros saberes, especialmente os ancestrais. Apesar de propagarem tradições e epistemologias próprias, enfrentaram a marginalização e a falta de valorização dos conhecimentos que carregam. Reconhecer e respeitar esses saberes no contexto do carnaval e na sociedade é crucial (Simas & Rufino, 2018).

Gomes (2019) destaca que, no Brasil, o corpo negro é socialmente visível em meio à luta entre adaptação, revolta e superação do pensamento racista, destacando a importância da visibilidade racial como um direito. Os blocos afro representam uma resposta sutil à dominação (Morales, 1991).

Nascimento (2019) ressalta que os afro-brasileiros enfrentam uma situação pior do que os africanos, pois carregam consigo traços da África, enquanto são cercados por estratégias aniquiladoras do mundo dos brancos. A resistência dos negros, transformando o cenário opressivo em um campo de possibilidades, pode ser observada desde a formação dos quilombos durante o período colonial. Ao longo dos séculos, o conceito de quilombo foi se modificando no Brasil, tornando-se sinônimo de povo negro e esperança para uma sociedade melhor (Nascimento, 2021)

Os blocos afro, à luz desses pressupostos, são exemplos de espaços capazes de ampliar as experiências mediante práticas constantes de coesão, criação de identidades, fomento de sociabilidades e vida (Simas & Rufino, 2018). Reconhecer e valorizar todos esses saberes e práticas é fundamental para que se tornem reconhecidos e respeitados.

Refletir sobre os blocos afro como organizações implica discutir como a racialidade e, conseqüentemente, o racismo influenciam sua estruturação. Considerar a mobilização dessa racialidade dos sujeitos em prol da organização política, fora da ótica racista, é uma possibilidade viável. Isso poderia contribuir para os estudos sobre Práticas, pois, ao serem praticadas, as organizações revelam a influência da questão racial em sua estruturação. A seguir, abordaremos a discussão sobre práticas.

Práticas organizativas e o organizar

Na perspectiva de Schatzki (2012), autor no qual a discussão teórica dessa pesquisa se orienta, prática deve ser compreendida como uma constelação organizada de atividades de diferentes pessoas, adquirindo assim status de fenômeno social, o qual significa umnexo aberto (não são compostas por um determinado número de atividades), espacialmente disperso de ações e falas. Apesar de o autor tratar a prática como uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas, ela também é tratada como “um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las” (Fairclough & Melo, 2012, p. 308).

Para que uma determinada ação faça parte de uma mesma prática, é necessário que elas expressem os mesmos entendimentos (inteligibilidades), observem as mesmas regras ou busquem fins e executem projetos que são elementos da mesma ordem teleológica normativa. Porém, as práticas não são as ações, entendimentos, regras, desejos e emoções de pessoas específicas, ou seja, a organização de uma prática não é um conjunto de propriedades de indivíduos específicos; os indivíduos precisam incorporar (está nos estados mentais das pessoas), de diferentes maneiras, os fenômenos que organizam uma prática (Schatzki, 2003). Resumidamente, a abordagem das práticas valoriza o papel das ações individuais na obtenção de resultados organizacionais, sendo que as pesquisas nessa perspectiva visam compreender tanto as contribuições dos atores individuais quanto o funcionamento coletivo (Whittington, 2006).

A estrutura ou organização de uma prática abrange alguns fenômenos principais, que são: (1) regras, no sentido de diretrizes explícitas, que os participantes da prática seguem ou ignoram; (2) estrutura teleoafetiva, que engloba uma gama de fins, projetos, ações e emoções; e (3) entendimentos gerais (know-how) sobre as ações que constituem a prática, por exemplo, entendimentos gerais sobre a natureza do trabalho. Nesse contexto, uma prática é um espaço-tempo de múltiplas ações organizadas por um conjunto em evolução desses três itens (Schatzki, 2006). As estruturas teleoafetivas destacam o papel das emoções nas práticas sociais. Oliveira (2016), Oliveira e Cavedon (2015) e Álvarez (2011) sugerem que as emoções são fruto das práticas, sendo uma forma de interação ativa com o ambiente, presente tanto no âmbito individual quanto nas interações sociais. Reckwitz (2012) argumenta que toda prática social incorpora uma configuração emocional digna de análise.

Schatzki (2012) propõe que a vida humana seja analisada a partir de um pacote de práticas e arranjos materiais. Os pacotes e os arranjos referem-se a conjuntos de práticas sociais e arranjos materiais que se unem e estão interconectados de maneiras mais ou menos fortes e duradouras (Spaargaren; Lamers; Weenink, 2016). Os pacotes de práticas e os arranjos materiais são centrais para a análise social (Schatzki, 2012).

Por arranjos, Schatzki (2006) compreende um conjunto de objetos materiais, que podem ser pessoas, artefatos, organismos ou coisas. A utilização de objetos é importante, pois eles podem ser componentes necessários de muitas práticas, uma vez que realizar uma prática pode significar utilizar as coisas de uma determinada maneira (Reckwitz, 2002). Os arranjos constituem as práticas quando são essenciais para essas práticas ou estão amplamente envolvidos com elas em uma faixa de espaço-tempo. No contexto desse estudo, podemos dizer que as pessoas negras são essenciais para as práticas de um bloco afro e todo o aparato material e imaterial recorrido por eles também ajuda a constituir essas mesmas práticas, desde o bloco pioneiro Ilê Ayê até os blocos de hoje como o Angola Janga e o Magia Negra. Essa relação entre práticas e arranjos é intencional (Schatzki, 2012).

As práticas são dinâmicas e evoluem à medida que as circunstâncias e oportunidades mudam, surgem novos problemas ou novas ideias e até mesmo quando ocorrem mudanças pessoais. Tais mudanças, nas práticas, podem ser intencionais ou não e acontecer com ou sem o conhecimento dos praticantes das ações (Schatzki, 2005). Essa dinamicidade é oriunda da própria lógica interna de funcionamento das práticas, já que as pessoas estão expostas a uma infinidade de situações que exigem adaptação, improviso e experimentações (Warde, 2005).

Para a teoria da prática, então, a “ruptura” e a “mudança” das estruturas devem ocorrer nas crises cotidianas das rotinas, nas constelações da interdeterminação interpretativa e da inadequação do conhecimento com o qual o agente, realizando uma prática, é confrontado diante de uma “situação” (Reckwitz, 2002), ou seja, o conceito de prática também trata da capacidade de reprodução e da possibilidade de inovação. As fontes de mudança de comportamento residem no desenvolvimento de práticas em si.

O enfoque dado às práticas está alinhado com a maior preocupação dos Estudos Organizacionais sobre aquilo que as pessoas fazem nas organizações enquanto realizam seu trabalho, em outras palavras, o processo de organizar visto como algo

em constante estado de (re)constituição (Tureta & Araújo, 2013). Sendo assim, a partir de uma visão mais ampla de prática, é possível recorrer ao conceito de organizing, que trata de um processo organizativo de uma coletividade representado por suas práticas, possibilitando identificá-lo enquanto organização (Bispo, 2013).

A ideia é tratar a organização como processo e não como estrutura, já que a estrutura é estável enquanto o processo é fluído (Bakken & Hernes, 2006). Compreender a organização a partir do organizing permite trabalhar com os fenômenos de maneira situada, considerando a temporalidade e a historicidade como significativas para uma melhor compreensão dos mundos sociais (Bispo, 2014). O conceito de organizing, portanto, contribui para o entendimento das organizações como fenômenos sociais que acontecem de acordo com Schactzki (2006, 2012).

Cabe aqui enfatizar que, apesar dos conceitos de prática e processo organizativo (ou de organizar) não serem idênticos, eles se correlacionam. É possível pensar a prática como algo que acontece e que se dá em forma de processo, sendo a preocupação com aquilo que as pessoas fazem nas organizações enquanto o processo de organizar (*organizing*) ajuda a compreender como as organizações acontecem.

Percurso metodológico

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva e analítica, uma vez que, para compreender as práticas, Bispo (2015) destaca a necessidade de descrever detalhadamente cada atividade que as constitui, bem como a forma como elas formam a(s) prática(s) principal(ais). A inserção e interação no campo foram orientadas pelos pressupostos da pesquisa etnográfica, realizada entre os anos de 2018 e 2021 por um dos autores. Para nós, a etnografia representa a opção ideal para a compreensão da vida organizacional e social, visto que a prática é entendida como ação realizada no cotidiano, a qual constitui a ordem social ou promove transformações (Malinowski, 2018). Certos fenômenos, conforme apontado por Malinowski, necessitam ser observados em pleno funcionamento, já que é difícil compreendê-los somente por meio de questionários ou análises documentais.

Partindo da teoria da prática, que sugere que a prática vai além do que os agentes dizem e se estende ao que os agentes fazem (Santos & Alcadipani, 2015), é crucial

uma aproximação com o campo e os agentes que efetivamente executam as atividades. Assim, a etnografia se mostra um método viável para acessar o fenômeno dos blocos afro.

O local de estudo foram os blocos afro Angola Janga e Magia Negra, atuando de maneiras distintas no carnaval de rua de Belo Horizonte. A escolha desses blocos se deu com base em cinco critérios, definidos após a inserção inicial no campo: 1) autodefinição como bloco afro; 2) local do desfile durante o carnaval³; 3) atividades além das festividades carnavalescas; 4) conexão explícita com religiões de matriz africana; e 5) destaque na atuação política⁴.

Diante desses critérios, foram buscadas informações sobre os blocos de rua de Belo Horizonte que se autodenominavam como blocos afro (cerca de 10 blocos na época, número que atualmente é maior), e então foi realizado um processo de refinamento para chegar ao máximo de dois blocos. Esse número foi determinado de acordo com a viabilidade da pesquisa etnográfica. A triagem inicial nos levou a três blocos, porém, devido a dois deles desfilarem no mesmo dia e horário durante o carnaval, foi necessário optar por apenas dois, sendo eles Angola Janga e Magia Negra.

Além da pesquisa etnográfica, foram conduzidas entrevistas com integrantes dos blocos e representantes de órgãos públicos. Ao todo, foram entrevistados 8 integrantes do bloco Angola Janga, 4 do bloco Magia Negra, 1 ex-secretário da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte e a então diretora de eventos da Belotur⁵, que se prontificou a responder às perguntas do roteiro de entrevista por escrito. Todas as entrevistas foram transcritas para análise posterior. É importante ressaltar que, embora tenham sido conduzidas treze entrevistas que enriqueceram

³ Tradicionalmente, os blocos afro mantêm uma estreita ligação com suas áreas de origem, geralmente localizadas nas periferias urbanas. Em Belo Horizonte, essa dinâmica é prevalente, exceto pelo bloco Angola Janga, o único na cidade que realiza seu desfile na região central, onde normalmente desfilam os blocos mais privilegiados em recursos e destaque nos festejos carnavalescos. Nesse contexto, optamos por destacar um bloco com raízes profundas em seu território/bairro de origem, como o bloco Magia Negra, e um bloco que desafia essa norma, como é o caso do Angola Janga.

⁴ Chamamos de "atuação política destacada" a participação dos blocos afro nas discussões e negociações com os diversos agentes envolvidos no carnaval, como presidentes de blocos, diretores de escolas de samba, blocos caricatos e outros representantes, juntamente com os órgãos públicos encarregados de viabilizar e administrar as festividades. Dentro da diversidade de blocos afro em Belo Horizonte, alguns se sobressaem por sua presença contínua nessas conversas e negociações, com suas lideranças ocasionalmente sendo convidadas para expressar a posição coletiva dos blocos afro da cidade.

⁵ A interação entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os agentes culturais envolvidos no carnaval da cidade se dá através da Belotur, que é a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. Esta instituição tem a responsabilidade de administrar as celebrações relacionadas ao carnaval na capital de Minas Gerais.

o desenvolvimento da pesquisa, nem todas foram mencionadas durante a análise dos dados.

Quadro 1: Sujeitos/sujeitas entrevistados/entrevistadas

Nome	Duração da entrevista	Bloco/ Função
Akin	03:04:50	Magia Negra/ Fundador
Aba	02:08:20	Magia Negra/ Corpo de Baile
Abidemi	01:24:08	Magia Negra/ Coordenadora
Adimu	01:24:01	Magia Negra/ Cantora
Aduke	02:22:59	Angola Janga/ Cofundadora
Anaya	01:11:22	Angola Janga/ Coordenação de produção
Amir	01:39:36	Angola Janga/ Coreógrafo
Babafemi	01:23:41	Angola Janga/ Corpo de Baile
Bem	01:31:36	Angola Janga/ Bateria
Aduke	03:44:04	Angola Janga/ Cofundadora
Chinara	01:25:44	Angola Janga/ Secretária da diretoria
Gimbya	01:07:47	Angola Janga/ Porta estandarte
Daren	01:21:48	Angola Janga / Coordenação de produção
Garrai	01:18:52	Ex. Secretário de Cultura de Belo Horizonte e Ex. Ministro da Cultura
Zuri	Respondeu questionário	Diretoria de eventos da Belotur

Fonte: elaborado pelos autores

Por último, incorporamos os diários de campo à nossa coleta de dados. Inspirados pelos primeiros antropólogos, esses diários são registros detalhados e flexíveis nos quais os pesquisadores anotam suas observações e reflexões ao longo do trabalho de campo (Marques, 2016). Reconhecendo sua importância como parte essencial da pesquisa, os diários de campo enriquecem nossa compreensão do contexto investigado.

A análise dos dados obtidos pelas entrevistas foi conduzida utilizando a abordagem da análise temática (AT), que foi desenvolvida por Aronson (1995) e aprimorada por Braun & Clarke (2006). A AT é uma metodologia analítica qualitativa que visa identificar, analisar e relatar padrões ou temas presentes em conjuntos específicos de dados. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda

dos dados qualitativos, destacando as questões centrais e emergentes que surgem das entrevistas.

Neste estudo, adotamos a abordagem da análise temática orientada pelos dados (Braun & Clarke, 2006). Somente após a realização da pesquisa de campo, foram estabelecidos os principais temas de análise: 'mobilização das emoções e sentimentos', 'necessidade de financiamento', 'relação com o poder público', 'poder da ancestralidade e do território' e 'construção de conhecimentos alternativos'. Conforme discutido por Braun e Clarke (2006), um tema captura aspectos relevantes dos dados em relação à questão de pesquisa e aos objetivos do estudo, representando uma resposta sistematizada ou significado presente nos dados coletados.

Apresentação e análise dos dados

Conhecendo os blocos afro Angola Janga e o Magia Negra

Fundado em 20 de novembro de 2015 por Aduke e seu marido Jafari, o Angola Janga é um bloco afro que realizou seu primeiro desfile no ano de 2016. Surgiu a partir do desejo dos fundadores, ao perceberem a escassa presença de negros nos carnavais de rua da cidade. Inspirados pelos pioneiros afro da Bahia, como o Ilê Aiyê, o casal almejava criar um bloco em Belo Horizonte, proporcionando aos negros a oportunidade de participar do carnaval, em um movimento semelhante ao ocorrido na década de 1970 em Salvador.

O bloco Angola Janga não possui vínculo com um território específico (bairro) na cidade de Belo Horizonte; muitos de seus ensaios ocorreram sob o Viaduto Santa Tereza, por exemplo. Aduke, do Angola Janga, explica que a escolha intencional de ensaiar sob o Viaduto se deve à importância histórica desse local para a população negra e periférica de Belo Horizonte, relacionada ao direito à cidade. Além disso, é um espaço próximo à estação de metrô, atualmente o meio de transporte mais acessível na cidade, proporcionando acesso a muitas áreas periféricas.

Atualmente, o desfile do Angola Janga ocorre em uma das principais avenidas da cidade, mantendo-se na região central. Em relação aos integrantes, o bloco reserva os destaques exclusivamente para pessoas que se identificam como negras, acreditando que a liderança deve naturalmente ser exercida por aqueles que enfrentam o racismo. Na bateria, corpo de baile e grupo de cantores, todos os cargos de direção são destinados apenas a pessoas negras. Contudo, pessoas que

se identificam como brancas são bem-vindas como apoiadoras do movimento e na produção, podendo participar de funções que não envolvam destaque, visibilidade ou tomada de decisão.

As atividades do bloco são conduzidas por grupos de trabalho (GTs), criados conforme surgem temas ou necessidades dentro do coletivo. Alguns GTs são abertos à comunidade, enquanto outros são exclusivos para os integrantes do bloco. O Angola atua em várias frentes ao longo do ano, não se limitando apenas ao carnaval: grupo de contadores, assistência social, oficinas de musicalização, dança e produção, rede de apoio para inserção no mercado de trabalho entre os integrantes, núcleo de psicólogos, assistência jurídica, cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁶ (suspensão durante a pandemia de Covid-19), debates temáticos, capacitações diversas e curso de formação de novos produtores culturais.

Quanto à religiosidade, Aduke, do Angola Janga, acredita que um bloco afro não pode ignorar suas raízes ancestrais e, por isso, deve estar conectado às religiões de matrizes africanas. No entanto, essa proximidade não impede a participação de integrantes que não sigam essas religiões, desde que haja respeito, princípio fundamental no bloco.

A história do bloco afro Magia Negra teve início com um sonho de Akin. Em 2002, Akin sonhou com um homem negro muito alto, vestindo uma calça branca na altura da canela, sem camisa e com um couro escrito Magia Negra. Anos depois, após o crescimento do carnaval de rua em Belo Horizonte, Akin foi aconselhado por um mestre em búzios, confirmando que aquele sonho era uma missão e que todas as informações sobre essa missão haviam sido dadas a ele em sonho. Em 2012, Akin começou a estudar e a planejar a criação de um bloco, se inspirando nos blocos afro de Salvador da década de 1970, especialmente no Ilê Aiyê, dando origem ao Magia Negra em 2016.

O desfile do Magia Negra, conhecido como arrastão, ocorre na Quarta-Feira de Cinzas⁷ no bairro Concórdia, também chamado por Akin de "pequena África de Belo Horizonte". A comunidade do Concórdia é culturalmente negra, com vários terreiros,

⁶ Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova de admissão à educação superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

⁷ A Quarta-feira de Cinzas marca o início da Quaresma, um período de quarenta dias de preparação para a Páscoa Cristã.

reinados, congados e sambas preservados pela resistência e estratégia de se agrupar. O bairro se destaca como um local onde diversas manifestações e expressões culturais negras na cidade ganham vida.

Um símbolo importante do arrastão do Magia Negra é a concentração ou dispersão na Praça Gabriel Passos, que abriga três gameleiras simbólicas de Iroco, árvore sagrada de algumas religiões africanas. Em África, as gameleiras são tratadas como moradas dos ancestrais. Girar em sentido anti-horário nessas árvores é como se a pessoa retornasse às suas origens.

O Magia Negra é aberto a pessoas de todas as etnias e nacionalidades interessadas em participar, sem exclusão com base na cor ou classe social. Akin afirma que o bloco não busca segregação, desde que os não negros respeitem o fato de ser um espaço voltado para a comunidade negra. O bloco é composto por naipe de percussão, naipe de sopros e ala de dança, sem a utilização de trio elétrico ou carros de apoio devido à característica dos morros íngremes no bairro Concórdia. Assim, surge o Afrormigueiro, um coletivo de artistas e empreendedores atuantes na cena cultural negra de Belo Horizonte.

O Afrormigueiro funciona como uma incubadora de projetos comprometidos com a luta contra o preconceito étnico-racial relacionado às pessoas negras e enaltece os valores da cultura afro, enfatizando a contribuição do povo negro na formação e construção do Brasil. Dentro dessa incubadora, existem dois projetos relacionados ao carnaval de Belo Horizonte: o bloco afro Magia Negra e o bloco Babadam Banda de Rua.

O Babadam Banda de Rua foi criado em 2018 e sua orquestra de sopros e percussão apresenta uma sonoridade instrumental influenciada pelo Candomblé, Congado e tradição das Bandas de Minas. O diferencial do Babadam está na utilização de tambores de couro do Reinado afro-brasileiro de Minas Gerais em sua base percussiva, além do uso ressignificado de ferramentas de trabalho e produtos para descarte na música, como enxadas e botijões de gás. Seu repertório é instrumental, com foco em músicas de compositores brasileiros e arranjos autorais.

O Movimento Afrormigueiro busca promover um carnaval educativo, indo além do entretenimento. Assim, ambos os blocos assumem uma responsabilidade sociocultural, visando representar as minorias e pessoas marginalizadas na sociedade.

Práticas organizativas dos blocos afro Angola Janga e Magia negra

Nesta pesquisa, abordamos o carnaval como um momento de extravasamento (Da Matta, 1979) e, simultaneamente, de afirmação política, cultural e étnica. Em Belo Horizonte, no final da década de 2000, quando teve início o ressurgimento do carnaval de rua na cidade, impulsionado por movimentos como o direito à cidade, emergiram o Angola Janga e o Magia Negra. Estes blocos se apropriaram da questão étnico-racial como um valor, não como um obstáculo, para a construção de uma sociedade mais democrática, na qual todos, reconhecidos em sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (Gomes, 2019). Assim, à medida que o Angola Janga e o Magia Negra são praticados, eles evidenciam como a racialidade e a etnicidade estruturam não só eles próprios, mas também a sociedade, por meio de suas práticas.

Através da imersão no campo, foi possível mapear seis práticas organizacionais dos blocos afro Angola Janga e Magia Negra: i) Práticas emocionais, ii) Práticas de financiamento, iii) Práticas de negociação, iv) Práticas de resgate ancestral, v) Práticas territoriais e vi) Práticas de construção de saberes.

O cotidiano dos blocos Angola Janga e Magia Negra evidencia (1) práticas emocionais que sustentam seus processos organizacionais, revelando o caráter social desses procedimentos. Conforme Oliveira (2016, p.51), as emoções não só são produzidas pelas práticas, mas também podem ser compreendidas como "uma forma de engajamento prático com o mundo". Além de serem fenômenos individuais, as emoções são entendidas aqui como práticas sociais. Reckwitz (2012) argumenta que toda prática social envolve uma estruturação afetiva que merece análise.

No Angola Janga, por exemplo, os integrantes agrupam suas experiências cotidianas de revolta, frustração, mágoa, tristeza e indignação que permeiam os corpos negros, através do que Álvarez (2011) chama de compartilhamento de emoções e sensações em reuniões. Um exemplo dessa dinâmica é o relato feito por Aduke/Angola Janga ao falar sobre a construção do Angola:

a construção do Angola Janga é muito simples, quando a gente começa, quando chega uma pessoa negra no Angola Janga ou que está se identificando enquanto pessoa negra, essa identificação vem com muita raiva né, muita dor. O processo do Angola Janga é transformar essa energia em energia produtiva, em energia criativa de "vamos construir coisas juntos" para além do Angola, além do carnaval que já existe" (Aduke/ Angola Janga).

Aqui, semelhante ao trabalho de Oliveira e Cavedon (2015), as emoções são desmontadas de sua concepção como fenômenos individuais e irracionais para serem tratadas como um processo de formação da experiência emocional dos sujeitos em suas práticas organizacionais. Quando Aduke/Angola Janga menciona que a construção do bloco está conectada às emoções provenientes das experiências de racismo enfrentadas por seus integrantes, torna-se evidente que as ações das pessoas não são meramente motivadas por razões estratégicas e racionais. Isso acaba por aproximar as práticas da experiência e, conseqüentemente, da vida cotidiana, que proporciona condições para o desenvolvimento de ações coletivas (Álvarez, 2011).

O Angola tem um clima de família assim sabe, a gente se sente em família, a gente se sente irmãos uns dos outros assim de verdade sabe e esse valor afetivo eu acho que dinheiro nenhum paga. [...] O Angola transforma as nossas vidas, a gente... No Angola a gente colabora com uma causa, mas a gente também é muito ajudado, porque não é uma coisa de mão única que a gente tá fazendo pros outros, a gente tá fazendo por nós também (Daren/ Angola Janga).

As práticas emocionais desempenham um papel crucial na produção, reprodução e sustentação do cotidiano dos indivíduos nas organizações, influenciando os processos organizacionais diários. No contexto dos blocos afro, as emoções associadas à conexão com pessoas semelhantes (negros que encontram referências em outros negros), ao resgate da história e dos conhecimentos ancestrais (que permeiam desde músicas, percussão, vestimentas, penteados tradicionais, rituais religiosos até pratos de origem africana) ou à valorização da estética negra (muitos integrantes, especialmente homens, relatam ter se sentido incentivados a deixar seus cabelos crespos/cacheados crescerem ao ingressarem nos blocos), representam o que Oliveira e Cavedon (2015) chamam de "política emocional do organizar", envolvendo a "articulação entre as práticas organizacionais e as práticas emocionais que constituem o cotidiano de trabalho dos sujeitos sociais" (Oliveira, 2016, p.58).

A mobilização de um bloco afro não é uma tarefa simples, já que não é possível separar a organização das práticas decorrentes dos sistemas sociais mais amplos nos quais estão inseridos (Whittington, 2006). Isso implica que, em uma sociedade capitalista na qual recursos financeiros são necessários para quase tudo, surge a necessidade de os blocos estabelecerem **(2) práticas de financiamento**.

Normalmente, organizações negras não são vistas de forma atrativa pelo mercado, o que torna complexa qualquer tipo de monetização. Essa realidade obriga os blocos, assim como seus integrantes, a buscarem alternativas, ou seja, outras fontes de financiamento. Atualmente, Angola Janga e Magia Negra recorrem ao apoio público por meio de editais vinculados à Belotur e à Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte (no âmbito municipal) e ao Ministério da Cultura (no âmbito federal). No entanto, os recursos obtidos por esses meios não são suficientes para manter todas as atividades dos blocos, impulsionando os integrantes a buscar outras fontes de financiamento.

Estratégias como organização de festas, ensaios abertos, comercialização de produtos que levam a marca dos blocos e financiamentos coletivos são alguns exemplos. É um movimento incessante de dedicação que busca viabilizar o objetivo final do bloco, que é oferecer à comunidade negra um lugar onde suas potencialidades são elevadas, suas habilidades desenvolvidas e, principalmente, onde recebem apoio e afeto que possibilitam o encantamento das pessoas negras, indicando caminhos como possibilidades (Simas & Rufino, 2018).

Akin/ Magia Negra enfatiza que o edital de subvenção da Belotur, apesar de não ser suficiente, faz diferença, pois a forma como os pontos são distribuídos ao longo de vários critérios acaba por beneficiar os blocos que tradicionalmente desenvolvem trabalhos com ou em comunidades, além de possuírem um compromisso explícito com a promoção da igualdade racial. O edital de subvenção tem como objetivo conceder auxílio financeiro aos blocos de rua que desfilam no Carnaval da cidade de Belo Horizonte.

Um dos critérios pontuados no edital de subvenção é a promoção da diversidade. Tal critério foi incorporado no Edital mediante solicitações de integrantes de blocos afro nos momentos em que foram propostos diálogos sobre a sua construção. Segundo Aduke/ Angola Janga, os Editais de Subvenção foram sendo ajustados para serem mais democráticos e, por consequência, beneficiar um número maior de pessoas/ blocos, pontuando blocos que levantam pautas sociais no carnaval de Belo Horizonte, como é o caso dos blocos afro.

Por outro lado, os financiamentos provenientes da iniciativa privada são escassos para os blocos afro, o que torna o Edital de Subvenção da Prefeitura ainda mais relevante para esses blocos, pois à medida que o carnaval cresce, mais recursos são demandados, como aluguel de trio elétrico, contratação de segurança privada

e prestadores de serviço. Além disso, para além do carnaval, esses blocos mantêm outras iniciativas como o cursinho pré-vestibular do Angola Janga, que também demanda recursos financeiros, e ações como essas a Prefeitura não financia.

Com o crescimento do carnaval de rua da cidade, observa-se também que outros órgãos públicos tiveram que, inevitavelmente, se envolver com as festividades, como é o caso da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Entretanto, é sabido que a relação entre a população negra e as forças de segurança é tradicionalmente complexa, e essa dinâmica não se altera no carnaval para os blocos afro. Nascimento (2019, p. 296) nos lembra que “toda sorte de arbitrariedade policial se acha fixada nas batidas que ela faz rotineiramente para manter aterrorizada e desmoralizada a comunidade afro-brasileira. Trata-se de um estado de humilhação permanente”. Considerando o contexto de violência, tanto física quanto simbólica, é sugerida a necessidade de **(3) práticas de negociações**.

Sobre a atuação da Polícia Militar em um bloco afro:

Não sei se vão aprender, mas tenho muito orgulho em dizer que ontem uma mulher preta dispersou a polícia quatro vezes do cortejo. E nesta história que a polícia vem pra nos dispersar, eu dispersei a polícia na Ginga quatro vezes e terminei meu cortejo na hora que eu acordei que terminaria, sem PM dentro (Diário de Campo, 24 de fevereiro de 2020).

Existe um histórico de intervenção da Polícia Militar exigindo mudanças no planejamento do cortejo de blocos afro quando esses eventos já estão em curso. Em uma ocasião, uma mulher se orgulha de ter enfrentado a Polícia, sendo ela uma mulher preta, e não permitiu que a arbitrariedade deles alterasse o planejamento e o acordo previamente estabelecido. Essa situação de confronto é frequente quando se trata de pessoas negras e forças de segurança.

Para Aduke/ Angola Janga, os blocos de rua, especialmente os blocos afro de Belo Horizonte, são tratados pela Polícia como ilegais. Ela conta uma história ilustrativa de como a Polícia age de maneira diferente com blocos de rua que desfilam na região centro-sul de Belo Horizonte em comparação àqueles que desfilam em comunidades ou favelas da cidade.

Houve um carnaval no qual um bloco de funk, que desfila na Savassi, um bairro nobre de Belo Horizonte, teve a participação de um Coronel da Polícia. Este subiu no trio elétrico usando um boné com a logo do bloco e discursou para a câmera de uma emissora de televisão que cobria o evento, afirmando que a Polícia foi

convidada pelo bloco para contribuir conjuntamente na construção do carnaval, destacando que tudo estava correndo bem no cortejo.

Essa declaração causou revolta, pois a Polícia havia sido convidada várias vezes para dialogar com os blocos afro, mas nunca havia respondido. De forma comparativa, a atitude atenciosa da Polícia com um bloco não composto por pessoas negras, que desfila em um bairro nobre, contrasta com a abordagem quando se trata de um bloco de favela. Chinara/ Angola Janga acredita que a postura mais agressiva da Polícia com os blocos afro, especialmente no caso do Angola Janga, ocorre devido à ideia de que a rua ou a cidade não devem ser ocupadas por pessoas negras.

Por outro lado, ao contrário da Polícia, parece que o Corpo de Bombeiros se mostra mais inclinado ao diálogo com os gestores dos blocos e com a Belotur. Além disso, é o Corpo de Bombeiros o responsável pela elaboração da Instrução Técnica 39 (IT-39), que estabelece as considerações mínimas de segurança para concentrações, deslocamentos e dispersões de blocos carnavalescos em vias públicas na cidade.

Apesar da aparente tranquilidade nas relações entre o Corpo de Bombeiros e os blocos de rua, alguns integrantes do Angola Janga relatam uma situação delicada durante o cortejo de 2020 com os bombeiros responsáveis pela vistoria do trio elétrico que utilizariam naquele evento. Durante o carnaval de Belo Horizonte, alguns blocos usam o mesmo trio elétrico em seus desfiles, e o bloco Angola Janga adota essa prática.

No cortejo de 2020, o Angola foi o terceiro bloco a usar um determinado trio elétrico, percorrendo o mesmo trajeto que outros blocos. No entanto, durante a inspeção do Corpo de Bombeiros, foi anunciado que os cantores do Angola não poderiam ficar em cima do trio. O argumento utilizado pelo órgão foi relacionado à altura do trio, que poderia representar um risco para as pessoas. Diante desse impasse, Aduke/ Angola Janga tentou negociar com o responsável do Corpo de Bombeiros, porém sem sucesso. A solução encontrada pelos integrantes do bloco foi desfilar no chão.

Aduke/ Angola Janga destaca um detalhe importante nesse caso: o Corpo de Bombeiros exige que os blocos paguem um engenheiro para avaliar e atestar que o trio passará sem riscos de segurança pelos obstáculos ao longo do percurso. A esse respeito, ela comenta: “pagamos um engenheiro para passar por lá e garantir que tudo estava correto, para depois um bombeiro dizer: 'eu acho... eu acho que não vai passar naquela árvore'”.

Outro movimento de negociação encabeçado pelos blocos afro foi o *Kandandu*. O evento, parte do Carnaval da cidade, reúne vários blocos afro no palco principal do carnaval durante a abertura oficial das festividades. O *Kandandu*, reconhecido pelo Ministério dos Direitos Humanos como uma das maiores e principais ações de promoção da igualdade racial no Brasil em 2018, só existe devido à resistência, luta e negociações lideradas por Aduke/ Angola Janga, enquanto ela era presidente da Associação dos Blocos Afro de Minas Gerais (Rezende & Pereira, 2023).

Cabe ressaltar que o presidente do bloco Magia Negra, Akin/ Magia Negra, também esteve envolvido nos estágios iniciais da formação da Associação e testemunhou todo o esforço de Aduke/ Angola Janga para concretizar o projeto do *Kandandu*.

Domingues (2008) e Gomes (2019) afirmam que um bloco afro é um movimento político, com ênfase fundamentalmente cultural, de mobilização racial. É essa mobilização racial, baseada no resgate ancestral, que consideramos tanto um objetivo quanto um meio dessas organizações. Nomeamos aqui como **(4) práticas de resgate ancestral** todos os conjuntos de práticas e arranjos centrais para a análise social (Schatzki, 2012).

Através da ancestralidade e do autocuidado, os indivíduos, no contexto dos blocos afro, procuram construir espaços coletivos de afeto, acolhimento, escuta e sociabilidade, os quais contribuem para a formação de uma identidade racial, a possibilidade de resistência e a mobilização política. Quando um bloco afro busca compreender a história, origem, cultura e memórias afro-brasileiras, acaba por resgatar o passado para entender o presente e construir o futuro, por meio da fusão da ação cultural e política, que juntas podem proporcionar uma intervenção social.

Em vários momentos, membros dos blocos Angola Janga e Magia Negra fizeram comparações entre bloco afro e quilombo. O próprio nome "Angola Janga", conforme explicado por Aduke/Angola Janga, foi escolhido por se referir ao Quilombo dos Palmares, também chamado pelos próprios quilombolas de Angola Janga (pequena Angola), como uma maneira de representar um espaço no Brasil onde eles pudessem se sentir em casa.

"Recebi um abraço tão caloroso, e alguém me disse: 'Bem-vindo de volta a casa', e achei isso tão bonito" (Diário de Campo, 31 de agosto de 2021). Ao chegar pela primeira vez no Angola Janga, um membro ouviu essa frase. Isso revela que nesses blocos há uma atitude de resgate histórico, buscando nas raízes africanas o

universo simbólico de sua identidade e compreensão de sua trajetória, a partir da diáspora negra.

Nascimento (2021) explica que é essa mística, a retórica do quilombo como sistema alternativo, que permite a identificação com a historicidade do passado e, conseqüentemente, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de fortalecer a identidade étnica. Nesse sentido, a autora afirma que o conceito de quilombo tem sido modificado ao longo dos séculos no Brasil: “quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento negro e esperança para uma sociedade melhor” (Nascimento, 2021, p.166).

Ao longo dos desdobramentos deste estudo, percebeu-se que os blocos têm um forte compromisso com uma prática política específica, que é a resistência étnico-racial. Dentro dessa organização, o bloco afro fortalece o indivíduo, como afirma Nascimento (2021), como um território que se desloca no espaço geográfico, ou seja, um indivíduo que, ao agir em seus locais, nas comunidades familiares, nas favelas ou nos espaços recreativos, provoca mudanças nas relações raciais e sociais. Assim, chegamos às **(5) práticas territoriais**.

Apesar da diferenciação conceitual entre espaços negros (Sansone, 1996) e territórios negros (Rolnik,1989), é importante destacar que a existência dos espaços negros é facilitada quando os territórios negros acabam por aglutinar a população negra, proporcionando condições para sua organização. À medida que um corpo negro ocupa os espaços e intervém nesses locais, por meio de uma organização como um bloco afro, práticas que ecoam o modo dos antigos quilombolas são ressuscitadas, tornando esses sujeitos visíveis ao sistema. “Fazendo deste um espaço descontínuo no tempo, em que as ‘fendas’ geram linhas de fuga e são elementos de dinamização que constituem um meio social específico” (Nascimento, 2021, p.251).

Um exemplo significativo dessa construção de um espaço para os blocos afro de Belo Horizonte é o *Kandandu*. Além das conquistas coletivas, como o *Kandandu*, analisar o Angola Janga e o Magia Negra sob a perspectiva do território também implica considerar suas localizações geográficas na cidade, especialmente durante os dias do cortejo. O desfile do Magia Negra ocorre no bairro Concórdia, referido por Akin/ Magia Negra como a pequena África de Belo Horizonte, e é marcado pela simbologia das três gameleiras localizadas na praça onde o bloco se concentra ou dispersa.

Por outro lado, o desfile do Angola Janga, embora não esteja vinculado a um território específico, é o único bloco da cidade de Belo Horizonte que realiza seu desfile no centro da cidade. Aduke/ Angola Janga acredita que manter o desfile do Angola no centro é altamente representativo, pois é ali que o corpo negro se desenvolve. No cotidiano da cidade, são os negros que transitam por aquelas ruas usando transporte público, ocupando empregos precários ou até mesmo em situação de grande vulnerabilidade social, como as pessoas em condição de rua. Se esse corpo pode ocupar a cidade nessas circunstâncias, também tem o direito de ocupá-la para o lazer e a celebração.

Por fim, ao reconhecer a centralidade das ações das pessoas, bem como sua importância para a manutenção ou mudanças sociais, é possível considerar que as práticas dos sujeitos não necessariamente estão ancoradas em conhecimentos científicos, levando-nos assim às **(6) práticas de construção de saberes**. Aqui, tratamos de um conhecimento distinto.

A respeito desses outros saberes, Simas e Rufino (2018) abordam as macumbas brasileiras, um conjunto de conhecimentos que moldam epistemologias próprias, cosmopolitas e pluriversais. Eles reconhecem que as macumbas brasileiras se formam em meio às dinâmicas coloniais, tanto do passado quanto dos tempos atuais, que buscam a padronização das formas de conhecimento e das linguagens consideradas válidas.

Nesse cenário, o conhecimento embasado na ancestralidade e na religiosidade é elaborado e preservado pelos blocos afro. Estes conhecimentos não são devidamente valorizados porque os sujeitos que os detêm também não são valorizados. Aba/ Magia Negra destaca a importância do “afrobetizar”, ou seja, educar as pessoas para além do conhecimento formal transmitido pelas escolas. Trata-se de um tipo de educação baseada nos saberes e nos pressupostos raciais, uma educação racializada.

Afrobetizar significa, compartilhar conhecimento, seja ali no lúdico, na brincadeira do carnaval, cantando, dançando, rezando através dos tambores, através dos cantos, através da dança e tal, você tá promovendo vida, você tá potencializando, você tá tirando pessoas desse lugar de anonimato também pra conhecer a sua própria identidade, conhecer a sua cultura (Adimu/ Magia Negra).

Os saberes propagados pelos blocos afro podem ser entendidos, conforme discutido por Simas e Rufino (2018), como saberes fundamentados nas práticas

presentes nos rituais dos terreiros, nas esquinas, nas rodas, nas escolas de samba ou nos blocos de carnaval, por exemplo. Estes são "encontros que emergem como princípios éticos e estéticos, poéticos e políticos de ressignificação da vida nos cotidianos forjados na fornalha do racismo/colonialismo" (Simas & Rufino, 2018, p.28).

Se os saberes se desenvolvem através das práticas, a realidade a ser considerada é aquela que se constitui pela interação entre os agentes envolvidos (considerando as múltiplas possibilidades de relações a serem desenvolvidas e a coexistência de várias realidades e naturezas, bem como uma infinidade de saberes) em um determinado tempo e espaço (Simas & Rufino, 2018). Os saberes aqui, baseados na Teoria da Prática, não são tratados como algo individual, pois são construídos, pelo menos em parte, na prática por meio das interações entre objetos e sujeitos participantes. Nesse sentido, quando Aduke/ Angola Janga menciona que instrumentos amplamente utilizados durante o carnaval, como o xiquerê (um instrumento sagrado do candomblé que representa a vida e a morte) ou o Ijexá (um ritmo de Oxum do Candomblé), ou mesmo o surdo que foi criado por um homem negro em Salvador, estão sendo compartilhados ali, são conhecimentos que, apesar de existirem em outras organizações carnavalescas além dos blocos afro, apenas os blocos afro se comprometem com a preservação desse conhecimento.

Apesar das diferenças entre os blocos Angola Janga e Magia Negra, percebe-se que suas práticas organizacionais são semelhantes, apesar de diferirem em alguns aspectos estruturais ou organizacionais. No final, conclui-se que os blocos são uma construção coletiva, motivada por um fim que requer a mobilização de vários arranjos, como regras, estruturas teleoafetivas e entendimentos gerais (Schatzki, 2006). Ao incorporar esses elementos, os participantes do Angola Janga e Magia Negra passam a ser regidos por uma única estrutura comum, e à medida que compartilham versões do mesmo objetivo, eles adotam uma mentalidade semelhante, comprometendo-se com a busca pela ressignificação de uma realidade social marcada pelo racismo, exclusão e apagamento.

"A chibata que bate no lombo e a baqueta que bate no couro do tambor são as duas faces dessa moeda": reflexões finais

Enquanto as pessoas escravizadas ocupavam o espaço da senzala, a ancestralidade africana gerou um senso de comunidade entre indivíduos que compartilhavam apenas seus corpos (Rolnik, 1989). Isso reflete que "a chibata que

bate no lombo e a baqueta que bate no couro do tambor são as duas faces dessa moeda" (Simas & Rufino, 2018, p.58). Apesar do aniquilamento físico e cultural sofrido pelos negros no Brasil, os blocos afro se destacam como organizações capazes de canalizar o componente racial para ressignificar uma realidade social marcada pela exclusão. A chibata que outrora feria os corpos negros é hoje a mesma que ressoa no couro do tambor, criando uma nova possibilidade de (re)existência nesses grupos.

Este estudo buscou compreender como a racialidade constitutiva dos blocos afro Angola Janga e Magia Negra é mobilizada por meio das práticas organizativas, canalizando o componente racial para a constituição e ressignificação da realidade social. Os achados desta pesquisa destacam que ao observar as práticas diárias nessas organizações, nos aproximamos da realidade vivida, ultrapassando a mera estrutura organizacional. As práticas organizativas desses blocos contribuem para um projeto de valorização étnico-racial, incorporando elementos como ludicidade, estética, festividades, musicalidade, arte e cultura. Isso evidencia que as organizações não são neutras racialmente, ao mesmo tempo em que destacam as dinâmicas raciais no âmbito dessas estruturas organizacionais.

É importante ressaltar que as práticas organizativas não são neutras em relação à raça, visto que a desigualdade racial não está apenas "nas" organizações, mas é um elemento constitutivo "delas", sendo fundamental para sua formação e continuidade.

Conclui-se que a raça não deve ser considerada uma prática dos blocos afro, mas sim um princípio organizativo. Tanto o Angola Janga quanto o bloco afro Magia Negra reconhecem seu compromisso com a valorização racial e a luta antirracista, conferindo singularidade a essas organizações.

Além de serem focos de resistência física e cultural, os blocos afro analisados são considerados produtores de conhecimento, construído de forma coletiva, situado e mutável, intimamente relacionado com as atividades reais nas organizações. Este estudo trata as organizações como algo construído no cotidiano, destacando que existem porque são constantemente moldadas e reformuladas, sendo resultado de ações (Gherardi, 2009).

Assim, a abordagem organizacional e prática permitiu compreender os blocos afro para além da performance no Carnaval, alcançando a compreensão de sua produção como um conjunto organizado de práticas que englobam não apenas o

evento festivo, mas também o papel político e social dessas organizações no processo de mudança das estruturas que podem surgir nas crises cotidianas das rotinas.

Como sugestão para pesquisas futuras, consideramos interessante desenvolver estudos sobre a racialidade como princípio organizador dos blocos afro, com ênfase nas relações entre organizações negras e o poder público, por exemplo.

Referências

- Álvarez, M.I.F. (2011). Além da racionalidade: o estudo das emoções como práticas políticas. *Mana*, 17, 41-68.
- Aronson, J. (1995). A pragmatic view of thematic analysis. *The Qualitative Report*, 2(1), 1-3.
- Bakken, T. & Hernes, T. (2006). Organizing is both a verb and a noun: Weick meets Whitehead. *Organization Studies*, 27 (11), 1599-1616.
- Bispo, M. S. (2013). Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 2(1), 13-33.
- Bispo, M. S. (2014). O Processo de organizar em agências de viagens: influências estéticas, etnometodológicas e práticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8 (1), 161-182.
- Bispo, M. S. (2015). Methodological reflections on practice-based research in organization studies. *Brazilian Administration Review*, 12 (3), 309-323.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Cambria, V. (2006). A fala que faz: Música e identidade negra no bloco afro Dilazenze (Ilhéus, Bahia). *Revista Antropológicas*, 17 (1), 81-102.
- Dantas, M. (1996). Três organizações afro-baianas, três modelos, três estilos de liderança. In: Tânia, F. (Org.). *O carnaval baiano: negócios e oportunidades*. Brasília: Editora. SEBRAE, (pp.105-120).
- Domingues, P. (2008). Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, 13 (39), 517-534.
- Fairclough, N. & Melo, O. I. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25 (2), 307-329.
- Gherardi, S. (2009). Practice? It's a matter of taste!. *Management Learning*, 40 (5), 535-550.
- Gomes, N. L. (2019). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes Limitada.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Malinowski, B. (2018). *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu.
- Marques, J. P. (2016). A "observação participante" na pesquisa de campo em Educação. *Educação em foco*, 19(28), 263-284.
- Matta, R. D. (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Miguez, P. (1996). Que Bloco é esse? In: Tânia, F. (Org.). *O carnaval baiano: negócios e oportunidades*. Brasília: SEBRAE, (pp.75-103).
- Miguez, P. (1999). A cor da festa—cooptação e resistência: espaços de construção da cidadania negra no carnaval baiano. *Estudos Íbero-americanos*, 25 (1), 161-170.
- Miguez, P. (2008). A emergência do carnaval afro-elétrico empresarial. In: IX Congresso Internacional da BRASA—Brazilian Studies Association Tulane University, New Orleans, Anais... Louisiana, 2008.

- Morales, A. (1991). Blocos negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade. *Caderno CRH*, 4, 72-92.
- Moura, M. & Agier, M. (2000). Um debate sobre o carnaval do Ilê Ayê. *Afro-Ásia*, 24, 367-378.
- Nascimento, A. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africana*. Rio de Janeiro: Ipeafro.
- Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Oliveira, J. S. (2016). Práticas Organizativas e Emoções: Contribuições para as Pesquisas sobre Organizações Culturais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(2), 51- 68.
- Oliveira, J.S. & Cavedon, N. R. (2015). As tramas políticas emocionais na gênese de processos organizativos em uma organização circense. *Organizações & Sociedade*, 22, 61-78.
- Pereira, J. A. (s.d.). "Dos que chegam e dos que ficam": migrantes negros em Belo Horizonte (1897c. – 1950c.). Recuperado em 31 de julho de 2022, de https://www.academia.edu/16300247/_Dos_que_chegam_e_dos_que_ficam_migrantes_negros_em_Belo_Horizonte_1897c_1950c_
- Ray, V. (2019). A theory of racialized organizations. *American sociological review*, 84(1), 26-53.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. *European journal of social theory*, 5(2), 243-263.
- Reckwitz, A. (2012). Affective spaces: a praxeological outlook. *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, 16 (2), 241-258.
- Rezende, A. F., & Andrade, L. F. S. (2022). Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvriana. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 1-14.
- Rezende, A. F., & Pereira, J. J. (2023). Kandandu: Identidade da Mulher Negra, Racismo e o Carnaval de Rua. *Journal of Contemporary Administration*, 27(6), 1-15.
- Rolnik, R. (1989). Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, 17, 1-17.
- Sansone, L. (1996). Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, (18).
- Santos, L. L. S.; Alcázar, R. S. (2015). Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 22(72), 79-98.
- Schatzki, T (2012). A primer on practices: Theory and research. *Practice-based education*, 13-26.
- Schatzki, T. (2003). A new societist social ontology. *Philosophy of the social sciences*. 33 (2), 174-202.
- Schatzki, T. R. (2005). Peripheral vision: The sites of organizations. *Organization studies*, 26 (3), 465-484.
- Schatzki, T. R. (2006). On organizations as they happen. *Organization studies*, 27 (12), 1863-1873.
- Simas, L. A. & Rufino, L. (2018). *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Souza, G. K. S. S. (2012) Bloco Afro Akomabu: Espaço de fortalecimento da identidade e autoestima entre crianças e adolescentes negros. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 3 (7), 157-169.
- Spaargaren, G.; Lamers, M.; Weenink, D. (2016). Introduction: Using practice theory to research social life. *Practice theory and research: Exploring the dynamics of social life*, 3-27.
- Tureta, c. & Araújo, B. F. V. B. (2013). Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 20 (64), 111-129.
- Vergara, K. R. G. (2017). Que Bloco é Esse? Posicionamento do Bloco Afro Ilê Aiyê no Carnaval de Salvador e o Movimento do Samba Reggae. *Revista Brasileira do Caribe*, 18 (34), 91-106.
- Warde, A. (2005). Consumption and theories of practice. *Journal of consumer culture*, 5 (2), 131-153.
- Whittington, R. (2006). Completing the practice turn in strategy research. *Organization studies*, 27(5), 613-634.